



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: SUSTENTABILIDADE CULTURAL DAS CIDADES POR MEIO DA SALVAGUARDA PATRIMONIAL¹

Franciele Zientarski Engerhoff², Caroline Prediger da Pieve³, Geovane Schulz Rodrigues⁴, Jeferson Hardt⁵, Tarcisio Dorn de Oliveira⁶

¹ Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias (GTEC). O texto faz parte das reflexões oriundas do Projeto de Pesquisa “Patrimônio territorial urbano: a preservação da arquitetura patrimonial e suas inter-relações com a memória, identidade, pertencimento, cidadania e o planejamento das cidades”, que conta com o apoio da Agência de Fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), edital nº 10/2021 – ARD/ARC, sob Termo de Outorga nº 22/2551-0000588-8.

² Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes/CNPq.

³ Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes/CNPq.

⁴ Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes/CNPq.

⁵ Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista Capes/CNPq.

⁶ Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral em Arquitetura e Urbanismo pela Atitus Educação (CESME).

RESUMO

O patrimônio arquitetônico é um conjunto palpável de herança de uma sociedade e pode ser composto de edificações, monumentos, espaços que possuem um determinado valor histórico, cultural ou social que somam para a construção da memória coletiva de uma sociedade. A preservação desses edifícios ou espaços não apenas mantém viva a memória coletiva, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Sendo assim, o foco deste trabalho é investigar a relação entre a preservação do patrimônio arquitetônico e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase na importância da salvaguarda para a sustentabilidade, especialmente no que diz respeito ao sentimento de pertencimento, à memória e à identidade. Os procedimentos metodológicos se sustentam através da pesquisa e revisão bibliográfica, em textos de diferentes autores, onde procurou-se elencar os pontos básicos que conectam a preservação patrimonial e a sustentabilidade. Sendo assim, pode-se perceber a interseção entre a preservação do patrimônio arquitetônico e os ODS revela como a proteção da herança cultural pode ser um catalisador para alcançar metas globais de sustentabilidade, beneficiando tanto as gerações presentes quanto as futuras.

Palavras-chave: Preservação. Sustentabilidade. Pertencimento. Arquitetura.

ABSTRACT

Architectural heritage is a tangible set of heritage of a society and can be composed of buildings, monuments, and spaces that have a certain historical, cultural, or social value that contribute to the construction of a society's collective memory. The preservation of these buildings or spaces not only keeps the collective memory alive, but also contributes to the



sustainable development of communities. Therefore, the focus of this work is to investigate the relationship between the preservation of architectural heritage and the Sustainable Development Goals (SDGs), with an emphasis on the importance of safeguarding for sustainability, especially with regard to the sense of belonging, memory, and identity. The methodological procedures are supported by research and bibliographic review, in texts by different authors, where we sought to list the basic points that connect heritage preservation and sustainability. Therefore, it is possible to perceive the intersection between the preservation of architectural heritage and the SDGs, revealing how the protection of cultural heritage can be a catalyst for achieving global sustainability goals, benefiting both present and future generations.

Keywords: Preservation. Sustainability. Belonging. Architecture.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as práticas sociais, em um cenário caracterizado pela contínua degradação do meio ambiente e do seu ecossistema, requer uma articulação essencial com a construção de significados sobre a sustentabilidade e todas suas abrangências. A dimensão de sustentabilidade se configura cada vez mais como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade acadêmica sob uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a geração de conhecimento deve necessariamente considerar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos fatores determinantes do processo, o papel dos diversos agentes envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize um novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

Ao considerar a maior parte da população mundial reside em áreas urbanas, nota-se uma crescente deterioração das condições de vida, refletindo uma crise ambiental. Isso nos conduz a uma necessária reflexão sobre os desafios de transformar as formas de pensar e agir em relação à questão ambiental sob uma ótica contemporânea. Leff (2001) argumenta sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, valores e comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade atual, fundamentada no aspecto econômico do desenvolvimento.

A necessidade de abordar a questão da complexidade ambiental surge da percepção do incipiente processo de reflexão sobre as práticas atuais e das múltiplas possibilidades de, ao considerar a realidade de maneira complexa, defini-la como uma nova racionalidade e um



espaço onde natureza, técnica e cultura se interligam. Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender o surgimento de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, promovendo um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, fundamentado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas do conhecimento. Além disso, questiona os valores e premissas que orientam as práticas sociais predominantes, implicando uma mudança na forma de pensar e uma transformação no conhecimento e nas práticas sustentáveis.

As dimensões destacadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável abrangem o cálculo econômico, o aspecto biofísico e o componente sociopolítico, servindo como referências para a interpretação do mundo e possibilitando interferências na lógica predatória prevalecente. O desenvolvimento sustentável não se limita a um problema específico de adequações ecológicas dentro de um processo social, mas é uma estratégia ou modelo múltiplo para a sociedade, que deve considerar tanto a viabilidade econômica quanto a ecológica. De maneira ampla, a noção de desenvolvimento sustentável remete à necessária redefinição das relações entre a sociedade humana e a natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de transformar o conceito em ação.

É amplamente reconhecido que o Patrimônio Histórico, seja ele tangível ou não, é um componente crucial da identidade de uma sociedade, refletindo suas características, costumes e comportamentos, e servindo como um registro fundamental para as gerações futuras. De acordo com historiadores como Jacques Le Goff (1990), Michael Pollak (1989 e 1992) e Pedro Paulo Funari (2009), a importância da preservação do Patrimônio Histórico pode ser associada à memória coletiva e individual. É por meio da memória que compreendemos o passado e o comportamento de um grupo social, cidade ou nação. O reavivamento da memória também desempenha um papel crucial na formação de identidade, no resgate das raízes e está intrinsecamente ligado à formação cultural, econômica e sustentável de uma sociedade.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a preocupação com a preservação da identidade histórica e cultural emergiu no início do século XX. As primeiras medidas surgiram em 1936 com a criação do Serviço do Patrimônio



Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), um projeto idealizado por Mário de Andrade e alguns intelectuais da época. Esse projeto definia o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como um conjunto de bens móveis e imóveis do país cuja conservação é de interesse público, seja por sua relação com eventos da História do Brasil, seja por seu valor excepcional arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Nesse sentido, a presente pesquisa teórica tem como objetivo investigar a relação entre a preservação do patrimônio arquitetônico e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase na importância da salvaguarda para a sustentabilidade, especialmente no que tange ao sentimento de pertencimento, à memória e à identidade. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecem prioridades e metas globais a serem atingidas até 2030, buscando mobilizar esforços em torno de um conjunto de objetivos comuns e abrangendo uma ampla gama de temas, tais como: erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, paz e justiça, trabalho decente, indústria, inovação e infraestrutura, consumo e produção sustentáveis, água, energia, mudanças climáticas, cidades sustentáveis, oceanos e mares, ecossistemas terrestres, e parcerias globais. Por abranger uma variedade tão extensa e diversificada de temas, os ODS podem servir como um marco geral para orientar estratégias, metas, programas e ações de governos, empresas e da sociedade em geral.

METODOLOGIA

O presente ensaio teórico trata-se de uma pesquisa descritiva, onde a metodologia utilizada para a elaboração do artigo foi a sondagem de arquivos existentes elaborados por diferentes autores. No material analisado buscou-se relacionar os pontos principais para gerar reflexões sobre a temática da relação entre os Objetivos de desenvolvimento Sustentáveis -ODS, arquitetura e a preservação do patrimônio arquitetônico e qual a importância da salvaguarda patrimonial além da abordagem da relação entre a salvaguarda, memória, identidade e pertencimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia de sustentabilidade envolve a premissa de que é necessário estabelecer limites para as possibilidades de crescimento e definir um conjunto de iniciativas que considerem a



presença de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos, através de práticas educativas e de um processo de diálogo informado. Isso reforça um sentimento de co-responsabilidade e a construção de valores éticos. Além disso, uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar as dimensões culturais, as relações de poder existentes, nem o reconhecimento das limitações ecológicas, sob o risco de perpetuar um padrão predatório de desenvolvimento. Sendo assim, as reflexões propostas a partir das leituras realizadas de bibliografias existentes, tornam possível avançar no sentido de promover observações sobre a interligação entre a preservação do patrimônio arquitetônico e a sustentabilidade. Desta forma é concebível relacionar salvaguarda da arquitetura com os Objetivos de desenvolvimento sustentável especificando a ligação da relação com as suas metas específicas voltadas para o campo da Arquitetura. Nesse sentido, algumas reflexões são propostas a seguir:

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E AS RELAÇÕES COM A MEMÓRIA E IDENTIDADE

Na atualidade, o conceito de patrimônio torna-se multifacetado, sendo definido de acordo com a posição social ocupada pelos indivíduos em um determinado momento ou contexto histórico. Além dos valores de excepcionalidade e monumentalidade que estavam presentes nas práticas iniciais de preservação dos bens culturais, surgem novos parâmetros que consideram as relações, o contexto e a representatividade que o patrimônio adquire para os membros de uma sociedade, como um veículo de memórias individuais e coletivas e gerador de um senso de pertencimento.

Assim, nota-se que a arquitetura tem o poder de evocar a memória das pessoas que têm uma conexão histórica com ela, sendo assim alvo de estratégias que buscam sua promoção e preservação. A preocupação em proteger a arquitetura começou no início do século XX, levando à criação de diversas normas, comissões e conferências com o objetivo de estabelecer critérios para preservar e conservar o patrimônio. Nesse contexto, Figueiredo (2013) afirma que analisar a cidade sob essa perspectiva é o mesmo que reconhecer as nuances do comportamento humano, uma vez que ela é composta tanto por elementos tangíveis, como suas construções patrimoniais, quanto por elementos intangíveis, como os símbolos e significados atribuídos por diferentes atores sociais ao longo da história.



indivíduos se constroem coletivamente, pois a visão da cidade desejada está ligada aos projetos relacionados às possibilidades humanas, àquilo que almejamos nos tornar ou, talvez, de forma mais relevante, a quem não desejamos nos transformar.

Assim, de acordo com Abreu (1996), a memória urbana desempenha um papel fundamental na identidade de um lugar, destacando a relação intrínseca entre identidade e patrimônio. A memória individual é crucial para recuperar a história das cidades, uma vez que, por meio dela e de seus registros, é possível resgatar o tempo e o espaço que permanecem nas lembranças dos cidadãos. Ao fomentar a identidade baseada na memória, promove-se um sentimento de pertencimento dos indivíduos ao lugar, o que também pode servir como um estímulo à cidadania. Machado (2010) corrobora, que através da memória que se encontra aspectos que determinada sociedade distingue como elementos constituintes de sua história, das paisagens naturais ou construídas e da tipologia do espaço vivo.

Embora a memória seja frequentemente vista como um fenômeno pessoal e deve ser compreendida como um fenômeno social e coletivo. Dessa forma, com Pollak (1992), os elementos que compõem a memória, tanto individual quanto coletiva, são inicialmente os eventos pessoais vivenciados pela pessoa e os vivenciados pelo grupo ao qual ela pertence. O autor também destaca que a memória é seletiva, ou seja, nem tudo é retido e lembrado. Além disso, a memória pode sofrer alterações devido ao contexto em que é lembrada. Portanto, podemos afirmar que a memória é construída, conscientemente ou não.

A presença tangível no espaço físico reforça um sentimento de segurança, estabilidade, identidade e pertencimento que é fundamental para a memória coletiva dos grupos sociais. Portanto, a preservação desse patrimônio arquitetônico é de suma importância, uma vez que são elementos materiais presentes no ambiente construído, que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. Esses elementos são um legado do passado transmitido às gerações futuras. Eles têm a capacidade de evocar a memória das pessoas que estão historicamente ligadas a eles e, por isso, devem ser alvo de estratégias que visem promovê-los e preservá-los. A preocupação em protegê-los levou à criação de diversas regulamentações, comissões e conferências para estabelecer critérios que garantam sua proteção e conservação.

Desta forma, a preservação da arquitetura desempenha um papel significativo ao permitir que as pessoas possam conhecer e reconhecer a sua própria história e a de outros. É



Fonte: Organização Das Nações Unidas, 2023.

As ações previstas nos Objetivos possuem implicações em diversas áreas, dentre elas a Arquitetura e Urbanismo. É através dela que se torna possível a transformação de espaços, sejam eles internos ou externos, públicos ou privados, em locais mais sustentáveis, inclusivos, seguros e resilientes. Desde a escala micro, começando pelo ambiente destinado à habitação, até a escala macro, passando pelos bairros e as cidades, a arquitetura pode impactar e influenciar diretamente a qualidade de vida das pessoas, razão pela qual faz parte das metas a serem atingidas até o ano de 2030. O objetivo número 11 em especial, trata exatamente sobre isso, quando propõe, dentre outras ações, a assegurar o acesso de todas as pessoas à habitação segura, adequada e a preço acessível, a proporcionar o acesso a um sistema de transporte público eficiente, a proteger o patrimônio cultural e natural, a estar atento à qualidade do ar e a gestão de resíduos municipais, a implementar políticas e planos integrados para a inclusão, eficiência de recursos, mitigação e adaptação a mudanças climáticas, a reforçar o planejamento nacional e regional de desenvolvimento através do apoio às relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais e a estimular o acesso universal a espaços públicos verdes, acessíveis e de qualidade.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

É de suma valia reconhecer o papel plurifacetado que o patrimônio desempenha e que os bens culturais se inter-relacionam com a coletividade e com o desenvolvimento em diversas esferas, inclusive nas que se referem à sustentabilidade. É necessária a conscientização da importância de manter vivo o bem material, pois a tendência é que só se



resgatar aquilo que se conhece e se admira. Desta forma, Gasparini (2005, p. 45), considera que a própria comunidade acaba desprezando o bem/patrimônio cultural, “condenando-o, ainda que de forma inconsciente, à destruição”. Sendo assim é notório que a relação da salvaguarda com os ODS, acaba sendo um fator impulsionador de preservação e a arquitetura ligada diretamente ou indiretamente a objetivos e suas metas de desenvolvimento sustentável acaba por agregar valor na promoção da conscientização e na preservação, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

A salvaguarda de edificações históricas pode servir como um recurso educativo de grande valor, pois desempenha um papel crucial na conexão com o passado, promovendo a compreensão da evolução das cidades e do espaço urbano. Oliveira e Callai (2017) afirmam que proteger a arquitetura é manter vivas as marcas da história ao longo do tempo, garantindo que as gerações futuras conheçam as manifestações culturais produzidas ao longo dos anos. Dessa forma, a arquitetura pode ser relacionada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4, que visa assegurar uma educação de qualidade, utilizando-se das referências simbólicas e afetivas presentes em edificações consideradas patrimônio histórico, a educação pode se beneficiar das formas materiais que contam a história e a evolução da sociedade.

O objetivo 11 que diz respeito em tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis conforme supracitado, possui em contrapartida a meta 11.4 que diz respeito diretamente sobre fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo. Oliveira e Callai (2018), apontam que é categórico a valorização e a preservação da memória urbana que, através da arquitetura, nos permite observar a importância que os edifícios de relevância arquitetônica trazem aos espaços urbanizados, criando olhares que busquem e apreciem a manutenção desse patrimônio, tornando possível criar um ambiente que respeite o antigo, a história e, ao mesmo tempo, auxiliando no que diz respeito à sustentabilidade cultural e ambiental das cidades. Assim o meio ambiente também se favorece, uma vez que a reutilização e preservação de edificações históricas reduzem a necessidade de novos materiais e a geração de resíduos na construção civil.

A preservação de edificações com relevância cultural e histórica, além de ter relação direta com memória, identidade e pertencimento, também tem relação direta com a sustentabilidade, educação e crescimento econômico, uma vez então que se promove a



salvaguarda de edificações gera-se diversas benesses para a sociedade. Pereira (2018), afirma que a boa prática de preservação muitas vezes é sinônimo de sustentabilidade. Nesta perspectiva, quando se utiliza algum espaço que está sem vida, para um novo propósito postergando assim a demolição e construção de nova edificação no lugar, reduz-se o desperdício e uso de novos materiais da construção civil, contribuindo para se atingir a ODS de número 12 que diz respeito ao consumo e produção responsável de resíduos, pois quando se reabilita um edifício existente considerado como patrimônio arquitetônico promove o uso eficiente de recursos e a redução de resíduos, alinhando-se com práticas de consumo e produção sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a complexidade da relação ambiental e a preservação arquitetônica oferece uma oportunidade estimulante para compreender o surgimento de novos atores sociais que se mobilizam em prol da apropriação dos espaços, sejam eles naturais ou não, promovendo um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade. Esse processo é sustentado por uma lógica que valoriza o diálogo e a interdependência entre diferentes áreas do conhecimento. Além disso, essa reflexão também questiona os valores e premissas que orientam as práticas sociais predominantes, implicando uma mudança na forma de pensar e uma transformação no conhecimento e nas práticas sustentáveis. A preservação do patrimônio arquitetônico é considerável para a construção de uma identidade cultural e contribui efetivamente para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento dentro da sociedade.

A arquitetura que representa tanto memórias individuais como coletivas, promove o conhecimento e valorização da memória urbana contribuindo para uma sociedade coesa e consciente, que consegue relacionar o passado com o presente para projetar o futuro. Neste sentido, ao integrar a conservação do patrimônio com os objetivos de desenvolvimento sustentável colabora-se para uma sociedade que valoriza tanto sua herança cultural quanto seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e econômica futura. Destarte, observa-se que a preservação do patrimônio arquitetônico é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável e que as edificações de cunho patrimonial arquitetônico servem como uma fonte de conhecimento, além de que quando se conserva um edifício antigo, reduz-se



significativamente o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos. Sendo assim, reutilizar e restaurar estruturas existentes é uma prática que promove o uso eficiente dos recursos e contribui para a redução da pegada ecológica da construção civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Palestra proferida ao colóquio “O DISCURSO GEOGRÁFICO NA AURORA DO SÉCULO XXI. Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFSC. Florianópolis, 27 a 29 de novembro de 1996.

BURDA, Naomi Anaue; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Perspectiva geográfica sobre o patrimônio arquitetônico da cidade da Lapa, PR**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba / PR, v. 03, n. 01, p. 115-123, jan. 2011.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Santa Maria / RS, v. 17, n. 01, p. 55-70, jan. 2013.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

GASPARINI, Audrey. **Tombamento: Tombamento e direito de construir**. Belo Horizonte: Fórum, 2005. cap. 3, p. 41-70.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. **Os desafios da construção dos indicadores ODS globais**. Ciência e Cultura, 2009, v. 71, n.1, p.40-45. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252019000100012&script=sci_arttext&tln. Acesso em: 19 jul 2024.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MACHADO, Gilmar de Cássia. **O ensino da educação patrimonial nas escolas municipais de Belo Horizonte: análise das repercussões dos projetos paisagem de BGH – uma descoberta e do projeto onde mora minha história?**. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Instituto de educação continuada, pesquisa e extensão, Centro Universitário UMA. Belo Horizonte-MG, 2010. 127 p.

OLIVEIRA, T. D. de; CALLAI, H. C. **Cidade e arquitetura: (re)conhecer e preservar através da educação patrimonial**. In: Pluris Humanidades. v. 19, n. 1, 2018.



OLIVEIRA, T. D. de; CALLAI, H. C. **Compreender a cidade e a arquitetura através da educação patrimonial.** In: Revista Di@logos, Cruz Alta, RS, v. 6, n. 3, p. 141- 149, set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 26 jul. 2023.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental.** In: Revista Brasileira de História. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PEREIRA, Julio C. **Sustentabilidade no Patrimônio Histórico nas edificações revitalizadas.** In: 6º Conferência sobre patologia e reabilitação de edifícios, Rio de Janeiro/RJ, abr. 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.nppg.org.br/patorreb/files/artigos/80497.pdf>. Acesso em junho de 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano.** Cadernos do LEPAARQ, Pelotas/RS, v. 2, p. 09-17, ago. 2005. 17 p.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social.** In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.